



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Processo Nº 5093576-31.2022.8.21.0001

17º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Dezembro de 2023

08/03/2024

Sumário

Introdução

Sobre este Relatório 3

Cronograma Processual 4

Descrição da Recuperanda

Descrição e Histórico das Entidades 6

Estrutura Societária 7

Registro da Visita da Administração Judicial 8

Quadro Funcional 14

Análise Financeira

Balanço Patrimonial 15

Demonstração do Resultado do Exercício 20

Endividamento 24

Indicadores 26

Plano de Recuperação Judicial 28

Observações Finais 30



Sobre este Relatório

Este Relatório Mensal de Atividades (“RMA”) reúne, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas Instituição Educacional São Judas Tadeu e Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. Os dados foram coletados e analisados pela RDV Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda. No que tange às informações contábeis e financeiras, estas foram enviadas diretamente à Administradora Judicial e a sua análise foi complementada através de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda, sendo que os dados jurídicos foram extraídos dos autos da Recuperação Judicial.

Todos os dados financeiros, contábeis, fiscais e trabalhistas fornecidos pela Recuperanda devem ser encaminhados mensalmente ao Administrador Judicial até o dia 25 de cada mês respectivo. Após o recebimento da totalidade das informações, o Administrador Judicial, depois da análise pormenorizada e o tratamento dos dados, apresenta o Relatório Mensal de Atividades – “RMA” – dentro da competência mensal.

As informações para realização deste relatório referente ao mês de dezembro/2023, foram recebidas na integralidade em 04/03/2024.

Eventuais informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial.

Por oportuno, salienta-se que a atual responsável técnica pela contabilidade da empresa Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. e da Instituição Educacional São Judas Tadeu é a contadora Fabiana Silva da Silva, inscrita no CRC sob o nº RS-072539/0-6. Ainda, ressalta-se que o RMA reflete a análise técnica e contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, não exaustivas sobre a situação das empresas.

Cronograma Processual



Cronograma Processual



Descrição e Histórico das Entidades

Fundada no ano de 1946, pela iniciativa de uma jovem imigrante húngara, Elisa Verinha Romak Alves, a Instituição São Judas Tadeu iniciou suas atividades com uma escola de 12 alunos. Chegando a contar com quase 200 colaboradores e cerca de 150 professores, operando em uma área física de 6,5 mil m², 37 salas de aula, 5 laboratórios de informática, ginásio poliesportivo, biblioteca, piscina semiolímpica, áreas de recreação e áreas de atividades administrativas, além de espaços físicos externos de atendimento a diversos projetos sociais.

Em 2021 mais de um terço dos estudantes abandonaram seus cursos e a inadimplência nos cursos privados também cresceu em níveis maiores que 2015, registro da última grande crise econômica no Brasil.

Entre os fatores que desencadearam a crise, pode-se citar dois que foram cruciais para esse declínio, o primeiro a grande crise econômica de 2015, e o segundo as novas instituições que invadiram o mercado gaúcho com diversos cursos online, muitas em modalidade EAD com valores muito abaixo do mercado local, gerando uma concorrência feroz.

Conforme narrado, a queda de alunos, principalmente no ensino infantil, refletiu diretamente nas receitas que sustentam o grupo. No período que antecedeu a crise, apresentou perdas econômicas expressivas, não absorvidas mesmo com ajustes na operação, obrigando a gestão buscar recursos com terceiros, se submetendo aos juros e imposições das instituições financeiras, levando ao estrangulamento do caixa.

Fonte: <<http://www.saojudastadeu.edu.br/matriculas/tour-virtual.html>>.



Instituto Educacional São Judas Tadeu

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 92.968.106/0001-00

Objeto social: associação educacional privada

Diretora Presidente (50%): Andrea Valeska Mierczynski

Vice-Diretor Presidente (50%): Luiz Mierczynski Neto

Nova Era Administração e Locação de Bens Imóveis Ltda.

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 87.065.942/0001-36

Objeto social: aluguel de imóveis próprios

Sócia-Administradora (61%): Sandra Diamantina Mierczynski

Sócia-Administradora (13%): Adriana Mierczynski

Sócio-Administrador (13%): Luiz Mierczynski Neto

Sócia (13%): Andrea Valeska Mierczynski

Registro da Visita da Administração Judicial

Em 27.11.2023 foi realizada reunião presencial na sede da Recuperanda para acompanhamento das atividades. O período letivo estava em vias de conclusão, com os alunos realizando as provas de recuperação. Até o encerramento da primeira quinzena de dezembro, o recesso teria início. Durante o período de férias a instituição implementa o Projeto Verão, que permite que os alunos sigam tendo acesso a atividades durante o período, inclusive à piscina, o que, na perspectiva da direção, acaba prospectando novos alunos, que vem como acompanhantes.

Conforme já relatado em visitas anteriores, a Recuperanda reiterou que a folha de pagamentos segue sendo paga recorrentemente com atraso, mas sempre dentro da próxima competência, ou seja, na visita realizada, estavam em aberto os salários de outubro, havendo sido quitados parcialmente, na ordem de 68%. A direção e as representantes contábil-financeiras da Recuperanda afirmaram que tal situação é recorrente, mas que a Instituição estava comprometida em pagar os salários no prazo limite mencionado, não acumulando mais de um salário em atraso. A estrutura operacional de pessoal é gerida integralmente pela entidade, contando com terceirização apenas dos setores de Marketing e de Tecnologia da Informação.

Conforme relato, a instituição segue se amparando integralmente em operações de antecipação de recebíveis para suprir sua necessidade de capital de giro. No início de outubro, as contas bancárias da Recuperanda haviam sido bloqueadas, mas a administração relatou que tal situação já foi regularizada e que não ocorreram novos bloqueios em novembro.

Alunos Matriculados na Faculdade (Dezembro 2023)	
Direito	120
Ciências contábeis EAD	30
Pós-nex	29
Administração	24
Administração EAD	18
Pedagogia EAD	15
Pós-esp	12
Ciências contábeis	2
Total	250

Alunos Matriculados na Escola (Dezembro 2023)	
Ensino fundamental 1	150
Ensino fundamental 2	138
Ensino médio	94
Educação infantil	12
Total	394

Registro da Visita da Administração Judicial

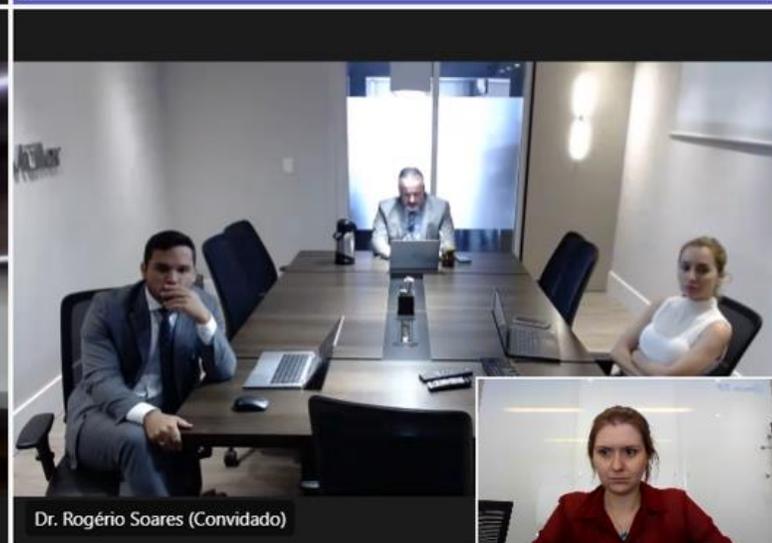
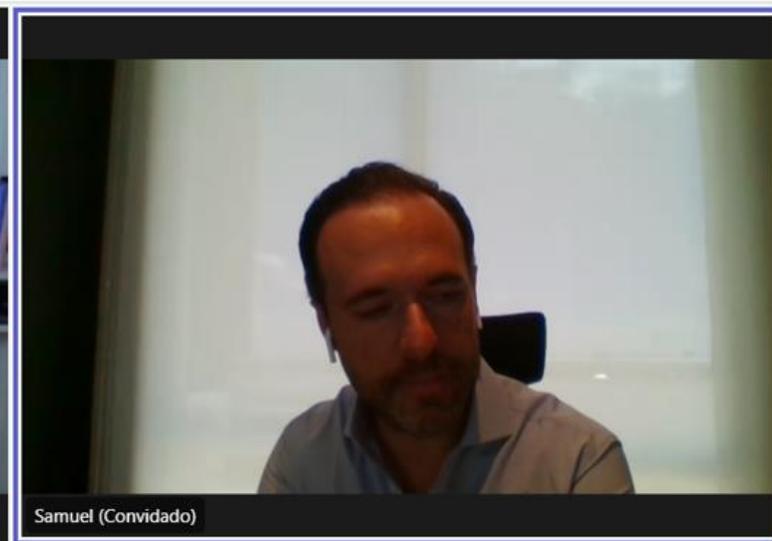
As entidade ainda oferece até 5 bolsas de estudos para cada linha de ensino (superior, médio e fundamental) com desconto para alunos que venham de outras instituições e que possuam um desempenho acadêmico acima de determinado patamar. Além das bolsas ofertadas para os já alunos que possuem um bom desempenho e comprovem receber até um limite de renda. Essas medidas, conforme narrado por representante da instituição, servem para atrair e reter alunos. Na data da visita, 60% dos alunos de todo o colégio já haviam efetuado sua matrícula, tendo os demais a garantia de manutenção de suas vagas até a metade de novembro. Vale ressaltar que o período letivo ainda estava em curso.

Por fim, no dia 24/11/2023 a São Judas e a Nova Era protocolaram pedido de transação individual com a PGFN no valor de R\$ 126,4 milhões e R\$ 10,4 milhões respectivamente. Em consulta ao sistema da Procuradoria no dia da visita, o saldo devedor total da São Judas era de R\$ 125.229.933,80 e da Nova Era de R\$ 10.162.704,03. No dia 08/03/2023 era de R\$ 129.265.415,00 da São Judas e R\$ 9.463.778,83 da Nova Era.

No dia 01/02/2024 foi realizada reunião virtual com os representantes da empresa para tratar da homologação do Plano de Recuperação Judicial e os seus desdobramentos, em especial a realização do leilão por ele previsto. Na data, a transação tributária ainda aguardava manifestação por parte da PGFN. Conforme narrado, as novas matrículas seguem dentro das expectativas, sendo que a homologação trouxe uma perspectiva de melhora. Como já vem sendo alertado nos demais relatórios, a folha de pagamento segue em atraso, sendo quitada dentro do próprio mês.

Registro da Reunião da Administração Judicial

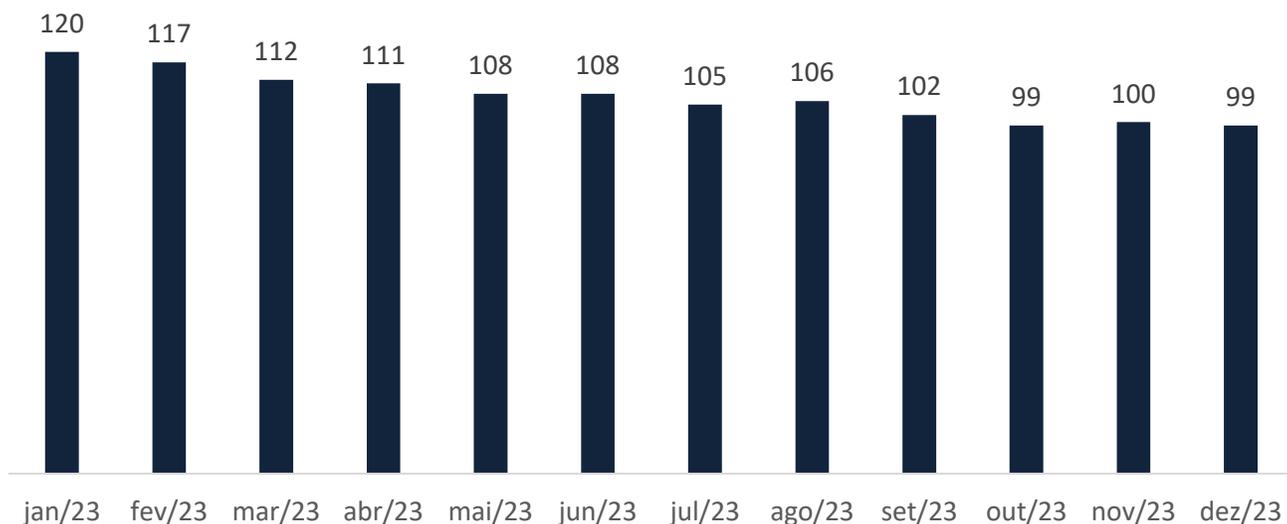
01/02/2024



Quadro Funcional

A empresa realizou 1 demissão em dezembro, encerrando o período com 99 funcionários, sendo 16 afastados e 35 autônomos (RPA ou nota fiscal). No demonstrativo da Nova Era são computados Pró-Labores pagos aos sócios, que em dezembro totalizaram R\$ 38.545,85. A São Judas apresentou uma redução de R\$ 3,6 milhões nos seus Ordenados e Salários a Pagar, em razão da transferência desse valor para a rubrica Recuperação Judicial no longo prazo em decorrência da homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Funcionários Ativos



Composição de Ordenados e Salários a Pagar - dezembro/23

Provisão 13º salário	579.978
Rescisões	376.008
Salários a professores	259.860
Salários a funcionários	87.906
Autônomos	68.732
Férias	42.010
Provisão de férias	37.115
Pró-labore	33.707
Pensão alimentícia	8.969
Mensalidades desc. folha	(2.056)
Programa de demissão voluntária a pagar	-
Créditos RJ - rescisão	-
Total	1.492.229,37

Balço Patrimonial

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Ativo	12.466.021	12.481.428	11.875.238
Circulante	5.861.255	5.886.521	5.815.866
Disponível	50.697	35.458	14.025
Créditos	5.777.855	5.821.672	5.773.067
Valores a receber	5.751.275	5.795.079	5.758.978
Adiantamentos a Fornecedores	26.581	26.592	14.089
Estoques	15.765	15.307	17.542
Despesas exercícios subsequentes	16.937	14.085	11.233
Não circulante	6.604.766	6.594.907	6.059.372
Realizável a longo prazo	953.601	955.696	530.889
Partes Relacionadas	546.041	546.041	115.959
Bloqueios Judiciais	407.560	409.655	414.930
Investimento	183.909	184.348	85.987
Imobilizado	852.736	840.343	827.977
Intangível	4.614.519	4.614.519	4.614.519

	São Judas Tadeu		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Passivo	16.163.850	16.549.692	16.201.333
Circulante	15.175.639	15.537.562	10.312.216
Obrigações trabalhistas	9.963.128	10.260.832	6.856.196
Obrigações tributárias	1.987.264	2.095.800	2.000.187
Fornecedores	2.319.302	2.336.201	934.409
Empréstimos e financiamentos	905.945	844.728	521.425
Não circulante	79.113.643	79.137.563	84.014.549
Empréstimos e financiamentos	1.585.360	1.585.360	-
Obrigações tributárias	77.304.597	77.304.597	77.304.597
Recuperação Judicial	-	-	6.486.760
Receitas antecipadas	223.686	247.606	223.192
Patrimônio líquido	(78.125.432)	(78.125.432)	(78.125.432)
Capital social	4.832.491	4.832.491	4.832.491
Prejuízos acumulados	(82.957.923)	(82.957.923)	(82.957.923)

Balço Patrimonial

São Judas Tadeu

Ativo

Disponibilidades (R\$ 14.024,57): corresponde ao valor de contas bancárias, ratificados pelos extratos bancários enviados, com exceção da conta 60611-3 do banco Itaú, que apresenta saldo de R\$ 3.329,20 no balancete, porém encontra-se com saldo de R\$ 0,01 no extrato bancário. Os recebimentos são referentes às mensalidades de contratos dos alunos, enquanto os principais pagamentos são com salários, securitizadoras e empréstimos. Em dezembro/23 apresentou redução de 60,4% (R\$ 21,4 mil).

Valores a receber (R\$ 5.758.978,28): compreende, principalmente, valores a receber de mensalidades (R\$ 5,2 milhões), além das empresas de financiamentos estudantis que, em sua maioria, são do FIES, no montante de R\$ 535,2 mil. A conta apresentou um decréscimo de R\$ 36,1 mil no último mês, devido especialmente ao zeramento da conta Bradesco S/A-Hampton.

Estoques (R\$ 17.541,52): rubrica composta exclusivamente por materiais de almoxarifado.

Realizável a longo prazo (R\$ 530.889,00): se refere a valores de mútuo no total de R\$ 116 mil com a empresa São Judas, empresa vinculada ao grupo que atualmente se encontra com a situação cadastral suspensa. Importante destacar que o mútuo com a empresa Nova Era, no valor de R\$ 430,1 mil em novembro/23, restou zerado neste último mês. A conta também é composta por bloqueios judiciais na monta de R\$ 414,9 mil, referentes a 5 processos trabalhistas (R\$ 199,6 mil), outros bloqueios (R\$ 210,9 mil) e cartão – bloqueio penhora judicial (R\$ 4,4 mil).

Investimentos (R\$ 85.986,83): compreendem títulos de capitalização junto ao Banrisul (R\$ 66,9 mil), consórcio com o Banrisul (R\$ 8,6 mil), além de participações societárias (R\$ 10,5 mil), que não apresentam movimentações desde 2021. Na competência, a principal movimentação diz respeito ao zeramento do Título de Capitalização com o Santander, que montava R\$ 100 mil até novembro/23.

Imobilizado (R\$ 827.977,12) e Intangível (R\$ 4.614.519,37): A única variação observada em dezembro/23 diz respeito à depreciação de R\$ 12.366,18 no imobilizado.

Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Passivo

Obrigações Trabalhistas (R\$ 6.856.195,55): corresponde especialmente às obrigações previdenciárias (R\$ 5,4 milhões), que apresentaram acréscimo de R\$ 205,7 mil, devido principalmente ao saldo de INSS a Recolher. É composta, também, por valores referentes a Ordenados e Salários (R\$ 1,5 milhão), rubrica que apresentou redução de R\$ 3,6 milhões em razão da reclassificação dessa monta para a conta Recuperação Judicial, no passivo não circulante. Tal movimentação encontra amparo na homologação do Plano de Recuperação Judicial, ocorrida na competência de dezembro.

Obrigações Tributárias (R\$ 79.304.784,19): contempla, em sua maioria, valores de dívida ativa com a PGFN alocada em longo prazo no montante de R\$ 77,3 milhões, enquanto no curto prazo os valores se referem, principalmente, a IRRF (R\$ 1 milhão), ISSQN (R\$ 491,4 mil) e COFINS (R\$ 272,3 mil). Atualmente a empresa não possui parcelamentos ativos, tendo em vista que todos foram rescindidos. Em dezembro/23 a conta apresentou um decréscimo de R\$ 95,6 mil, devido especialmente aos saldos de Contribuição Assistencial e SINPRO.

Fornecedores (R\$ 934.408,64): abrange valores devidos à Nova Era (R\$ 235,1 mil), com correspondência exata no ativo da Nova Era, o que não se verificava nos meses anteriores, e fornecedores diversos (R\$ 696 mil). A conta apresentou uma redução de R\$ 1,4 milhão, especialmente em razão da transferência de R\$ 1,2 milhão para a rubrica Recuperação Judicial, e do decréscimo de R\$ 431,1 mil no valor devido à Nova Era.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ 521.424,68): é composto por débitos no curto prazo junto à Seja Securitizadora S.A. (R\$ 510,6 mil), referentes a antecipações de títulos, e por empréstimo consignado junto ao Santander, na monta de R\$ 10,9 mil. Demonstrou uma redução de R\$ 323,3 mil no curto prazo, e de R\$ 1,6 milhão no longo prazo, onde se apresentou zerada neste último mês, ocasionados principalmente pela transferência de R\$ 1,7 milhões para a conta Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial (R\$ 6.486.759,50): se apresentava zerada até novembro/23, demonstrando aumento de R\$ 6,5 milhões neste último mês, em razão das realocações anteriormente narradas dos saldos de Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos.

Balço Patrimonial

Nova Era (em R\$)

	Nova Era		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Ativo	3.245.551	3.243.309	3.260.041
Circulante	416.965	418.936	257.606
Disponível	454	47	57
Créditos	416.511	418.889	257.550
Não circulante	2.828.586	2.824.373	3.002.435
Realizável a longo prazo	2.759.824	2.755.611	2.933.673
Pessoas ligadas	2.734.897	2.730.684	2.908.746
Bloqueio judicial	24.927	24.927	24.927
Investimentos	68.762	68.762	68.762

	Nova Era		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Passivo	3.011.463	3.001.101	3.015.855
Circulante	10.259.862	10.249.500	10.198.800
Obrigações trabalhistas	-	(14.077)	-
Obrigações tributárias	10.176.920	10.181.139	10.184.346
Credores diversos	35.369	34.864	14.454
Empréstimos e financiamentos	47.573	47.573	-
Não circulante	108.475	108.475	173.928
Empréstimos e financiamentos	108.475	108.475	-
Recuperação Judicial	-	-	173.928
Patrimônio líquido	(7.356.873)	(7.356.873)	(7.356.873)
Capital social	7.025	7.025	7.025
Reserva de capital	475	475	475
Prejuízos acumulados	(7.364.372)	(7.364.372)	(7.364.372)

Balço Patrimonial

Nova Era

Ativo

Disponível (R\$ 56,68): corresponde ao valor em conta bancária do Banrisul, com saldo ratificado pelo extrato bancário enviado. A empresa recebeu no mês o valor total de R\$ 7.779,00 e realizou transferências que totalizaram R\$ 7.769,00.

Créditos (R\$ 257.549,63): o saldo em aberto se refere principalmente a valores a receber da Instituição São Judas Tadeu. Conforme relatado anteriormente, não se identificava contrapartida de igual valor nos demonstrativos da São Judas, o que foi corrigido neste último mês, com redução de R\$ 162,4 mil no seu saldo.

Pessoas ligadas (R\$ 2.908.745,84): diz respeito a valores a receber dos administradores da empresa (R\$ 1,8 milhão) e dos sócios (R\$ 1,1 milhão), em razão de empréstimos contraídos por estes com a Recuperanda. Destaca-se que essa conta representou 89,2% do total do ativo da Recuperanda em dezembro/23. Observou-se aumento de R\$ 178,1 mil neste último mês, devido ao saldo a receber dos administradores.

Passivo

Obrigações Tributárias (R\$ 10.184.345,89): representaram 98,2% do passivo da empresa (desconsiderando-se o patrimônio líquido) em dezembro/23. O agrupamento tem como rubrica mais expressiva o débito da Recuperanda perante a PGFN, no valor de R\$ 9,1 milhões.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ 0,00): se referia aos valores oriundos de empréstimo com o banco Bradesco, e restou zerada neste último mês, em virtude da transferência do saldo para a conta Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial (R\$ 173.928,24): foi criada em dezembro/23, comportando os valores de R\$ 156 mil relativos a Credores Financeiros, e R\$ 17,9 mil de Credores Fornecedores.

Patrimônio Líquido (-R\$ 7.356.872,95): se apresentou negativo em razão dos prejuízos acumulados pela empresa no valor de R\$ 7,4 milhões.

Demonstração do Resultado do Exercício

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Receita bruta	900.684	919.727	1.027.479
Deduções	(101.481)	(112.957)	(137.738)
Receita operacional líquida	799.203	806.771	889.741
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro bruto	799.203	806.771	889.741
Despesas operacionais	(814.777)	(848.886)	(817.979)
Despesas operacionais	(753.212)	(769.175)	(747.306)
Despesas gerais e administrativas	(61.565)	(79.711)	(70.674)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	(15.574)	(42.116)	71.762
Receitas financeiras	2.932	5.782	14.899
Despesas financeiras	(309.342)	(334.101)	(344.492)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(321.984)	(370.435)	(257.831)
IR e CSLL	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	(321.984)	(370.435)	(257.831)

Em dezembro de 2023 o faturamento bruto da Recuperanda foi 11,7% maior que o mês anterior, somando R\$ 1 milhão, obtidos das mensalidades pagas. A empresa não apresentou custos, pois os seus valores são realocados nas suas despesas durante os meses e computados novamente como custos no fechamento do ano, conforme informado pela Recuperanda. Visto que na competência de dezembro não foi observado registro de custos, a Administração Judicial questionou a empresa sobre o registro. As despesas operacionais representaram 79,6% da receita bruta em dezembro/23. Após o cômputo das despesas financeiras, as quais totalizaram R\$ 344,5 mil e têm como seu maior valor os descontos fornecidos nas mensalidades, a empresa auferiu prejuízo líquido de R\$ 257,8 mil.

Demonstração do Resultado do Exercício

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu	
	2022	2023
Receita bruta	13.835.023	11.102.863
Deduções	(990.602)	(1.368.382)
Receita operacional líquida	12.844.421	9.734.482
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-
Lucro bruto	12.844.421	9.734.482
Despesas operacionais	(13.676.350)	(10.201.101)
Despesas operacionais	(12.996.340)	(9.343.783)
Despesas gerais e administrativas	(682.518)	(857.318)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	(831.929)	(466.620)
Receitas financeiras	101.246	59.875
Despesas financeiras	(5.161.452)	(3.919.350)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(5.892.135)	(4.326.094)
IR e CSLL	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	(5.892.135)	(4.326.094)

Em 2023, a Recuperanda obteve receita bruta acumulada de R\$ 11,1 milhões, representando uma redução de 19,7% em comparação com 2022. As suas despesas operacionais e financeiras apresentaram decréscimo de 25,4% e 24,1%, respectivamente. Apesar de ter apresentado uma melhora de 26,6% no seu resultado do exercício em comparação com o ano anterior, a Recuperanda acumulou prejuízo líquido de 4,3 milhões em 2023.

Demonstração do Resultado do Exercício

Nova Era (em R\$)

	Nova Era		
	Out/23	Nov/23	Dez/23
Receita bruta	15.511	20.603	9.654
Deduções	(1.435)	(1.906)	(893)
Receita operacional líquida	14.076	18.697	8.761
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(8.400)	(8.400)	(8.400)
Lucro bruto	5.676	10.297	361
Despesas operacionais	(2.108)	(2.108)	1.686
Despesas gerais e administrativas	(2.108)	(2.108)	1.686
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	3.568	8.189	2.047
Receitas financeiras	-	-	-
Despesas financeiras	(69)	(69)	(69)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	3.499	8.120	1.978
IR e CSLL	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	3.499	8.120	1.978

A receita bruta da Recuperanda apresentou decréscimo de 53,1% em dezembro/23, se comparado com novembro/23, perfazendo R\$ 9,7 mil obtidos de aluguéis. Os custos da empresa são compostos por pró-labore e INSS, no valor de R\$ 8,4 mil mensais. As despesas administrativas tiveram seu saldo retificado, totalizando assim um valor positivo neste último mês. O faturamento se mostrou suficiente para a geração de resultado positivo, resultando em lucro líquido de R\$ 2 mil ao final do período.

Demonstração do Resultado do Exercício

Nova Era (em R\$)

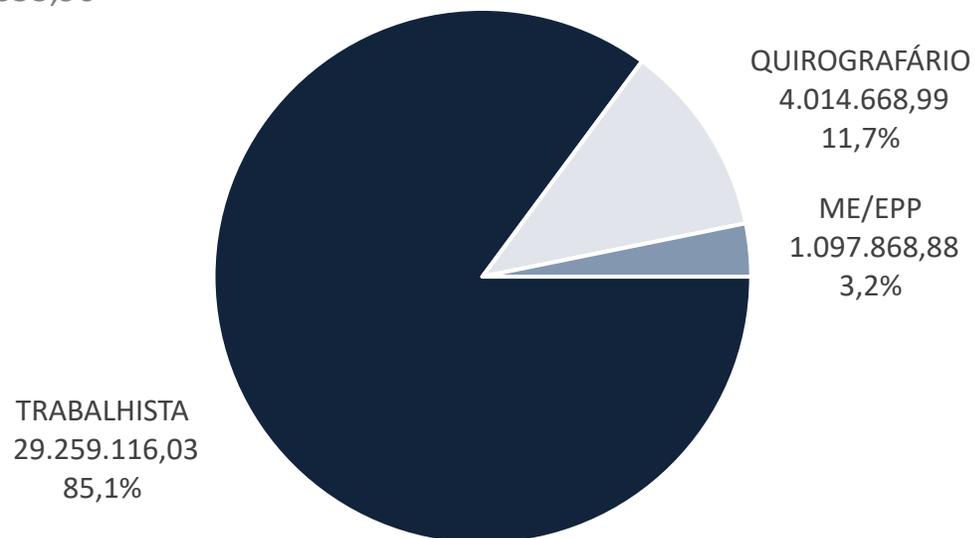
	Nova Era	
	2022	2023
Receita bruta	692.793	391.272
Deduções	(64.083)	(36.193)
Receita operacional líquida	628.710	355.079
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(100.800)	(100.800)
Lucro bruto	527.910	254.279
Despesas operacionais	(14.208)	(9.229)
Despesas gerais e administrativas	(14.208)	(9.229)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	513.702	245.050
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(89.599)	(864)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	424.103	244.186
IR e CSLL	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	424.103	244.186

O faturamento bruto acumulado da Recuperanda montou R\$ 391,3 mil em 2023, valor 43,5% inferior a 2022. Contudo, em virtude das suas despesas operacionais terem representado apenas 2,4% da sua receita, e as despesas financeiras terem apresentado uma redução de 99%, a empresa obteve um resultado positivo de R\$ 244,2 mil em 2023.

Endividamento

Passivo RJ | Art. 7º (em R\$)

34.371.653,90



Observa-se, conforme informações prestadas no Processo nº 5093576-31.2022.8.21.0001, que a classe com maior representatividade de valor era a Trabalhista, representando 85,13% do passivo concursal total. A Classe III - Quirografários representava 11,68% e a Classe IV – ME/EPP, 3,19% em relação ao valor do passivo concursal total. Destaca-se que os valores expostos estão de acordo com o edital do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005.

Maiores credores		Classe	Valor (R\$)
Sindicato dos Professores do Estado do RS		TRABALHISTA	14.214.641
Sindicado dos Trab. Admin. Escolar RS (SINTAE)		TRABALHISTA	1.084.466
Banco Santander		QUIROGRAFÁRIO	940.268
Jamair Administradora de Bens		QUIROGRAFÁRIO	860.651
Graziela Ervalho Loureiro dos Santos		TRABALHISTA	495.887

Classe	% da Classe	Valor (R\$)
TRABALHISTA	85,13%	29.259.116
QUIROGRAFÁRIO	11,68%	4.014.669
ME/EPP	3,19%	1.097.869
TOTAL	100,0%	34.371.654

Endividamento

Passivo Extraconcursal

Dentre o montante relacionado como passivo tributário em dezembro de 2023 (R\$ 94.678.400,43), a dívida ativa – PGFN (R\$ 86,4 milhões) apresentou maior representatividade ante o todo. Não havia parcelamentos ativos. Não foram identificados pagamentos na competência de dezembro/23 na empresa Nova Era, enquanto na São Judas foram observados pagamentos que somaram R\$ 224,3 mil.

São Judas Tadeu	Dez/23
PREVIDENCIÁRIO - PGFN	51.608.205,93
DEMAIS DÉBITOS - PGFN	20.883.815,12
FGTS - PGFN	4.812.576,35
INSS A RECOLHER	4.307.017,65
IR S/FOPAG A RECOLHER	1.017.583,56
FGTS A RECOLHER	923.319,74
ISSQN S/ FAT A RECOLHER	408.469,72
COFINS S/ FAT A RECOLHER	272.309,66
ISSQN RETIDO A RECOLHER	82.899,88
PIS S/FOPAG A PAGAR	77.566,40
PIS S/ FAT A RECOLHER	59.000,43
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	30.728,55
IRRF A RECOLHER	8.711,40
INSS RETIDO A RECOLHER	1.850,15
TOTAL	84.494.054,54

Nova Era	Dez/23
DÉBITOS PGFN	9.086.941,90
COFINS S/ FATURAMENTO	418.275,82
IR S/ FOPAG A RECOLHER	270.420,45
INSS A RECOLHER	223.343,77
PIS S/ FATURAMENTO	90.651,55
IRPJ A RECOLHER	64.686,26
CSLL A RECOLHER	26.898,45
MULTA DCTF	1.628,40
PIS COFINS CSLL RETIDO A RECOLHER	1.133,67
IRRF IMPOSTO RENDA RET. NA FONTE	365,62
TOTAL	10.184.345,89

Passivo Tributário (Consolidado)



Indicadores

Liquidez

Conforme Assaf Neto (Estrutura e Análise de Balanços, 12ª ed., 2010) temos que os indicadores de liquidez demonstram a capacidade financeira de uma entidade em honrar seus compromissos. A liquidez corrente evidencia o montante disponível no curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo. A liquidez seca faz o mesmo cálculo, deduzindo-se os estoques e as despesas antecipadas, visando demonstrar a representatividade de itens monetários de alta liquidez para saldar suas dívidas de curto prazo. Por fim, a liquidez geral realiza esse mesmo comparativo analisando os ativos e passivos de curto e longo prazo. Temos:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

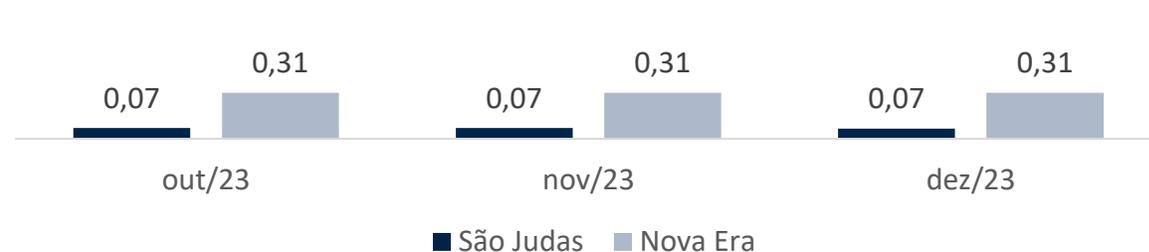
Corrente



Seca



Geral



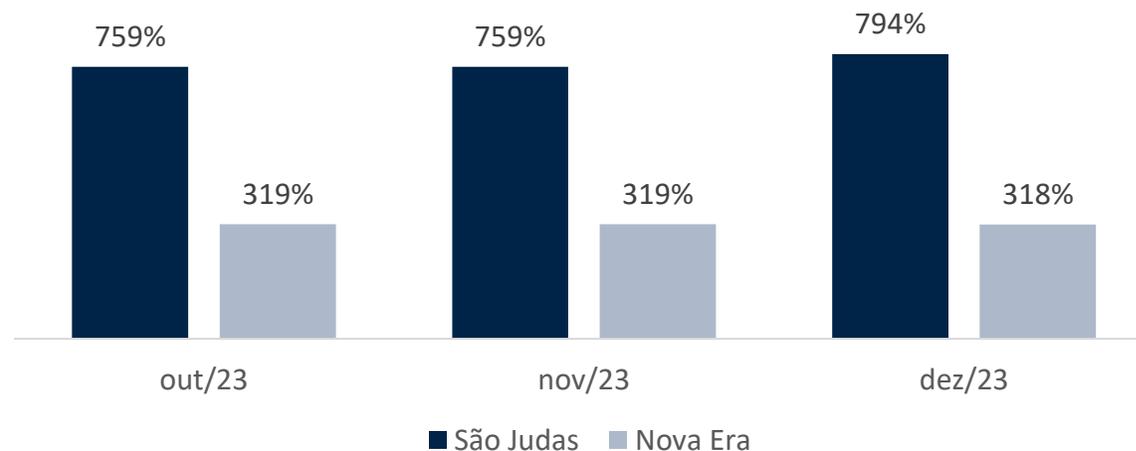
Indicadores

Endividamento

De acordo com Málaga (Análise de Demonstrativos Financeiros e da Performance Empresarial, 3ª ed., 2017) se estabelece que a proporção de capital de terceiros sobre os recursos totais poderá ser medida através do índice de endividamento, indicando o percentual de financiamento de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. A Administração Judicial destaca que a interpretação desse indicador pode se distorcer quando o valor do patrimônio líquido for negativo, como é recorrente para empresas em Recuperação Judicial. Temos:

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Índice de Endividamento



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

O Modificativo ao PRJ (Plano de Recuperação Judicial) prevê a alienação de UPI (Unidade Produtiva Isolada) na forma do imóvel onde está situada a faculdade e o colégio, obrigando-se o comprador a absorver 50% dos colaboradores ativos, pelo valor mínimo de R\$ 18.500.000,00 através de leilão. Do valor arrematado, 30% será destinado ao parcelamento de débitos fiscais, caso tais recursos não sejam utilizados para tal fim, serão destinados para o pagamento de credores da Classe I. A Recuperanda prevê utilização de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 para pagamento de demais débitos extraconcursais. Feitas as retenções para o pagamento do passivo extraconcursal, 90% do saldo remanescente será destinado ao pagamento da classe I e 10% para os credores da classe III e IV. Os pagamentos remanescentes deverão ser realizados em até um ano da homologação do PRJ.

CONDIÇÕES DO PLANO				
Classe	Valor RJ	Pagamento	Ordem de prioridade	Forma de recebimento
Classe I - Trabalhista	90% do saldo remanescente	O valor total será dividido pela quantidade de credores arrolados (naquele momento) na classe I. Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem de prioridade estabelecida. A diferença entre o valor individual do rateio e o valor do crédito liquidado será lançada como saldo para o rateio seguinte, obedecendo as mesmas regras anteriores.	1º Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de recuperação judicial até o limite de 5 salários mínimos	Em até 30 dias a contar do primeiro depósito referente à arrematação da UPI
			2º Todos os credores cujo valor seja igual ou inferior ao montante do rateio	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.
			3º O credor cujo crédito foi superior ao valor do rateio receberá até o limite do rateio.	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.

Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

CONDIÇÕES DO PLANO						
Classe	Valor RJ	Subclasse	Deságio	Prazo	Periodicidade	Correção
Classe III – Quirografários E Classe II – ME/EPP	10% do saldo remanescente	Financeiros	60%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a..
		Demais	95%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a.

Observações finais

Informação sobre a fase do processo:

A continuação da Assembleia Geral de Credores ocorreu em 17/08/23, às 10:00, sendo votado o plano de recuperação judicial. Foi submetido o resultado da solenidade à análise do juízo recuperacional. Ressalta-se que foi apresentada pelas Recuperandas alegação de voto abusivo por parte do credor Banco Santander.

Em 19/12/2023 foi concedida a Recuperação Judicial, homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado e declarando o voto da instituição financeira Santander como abusivo:

- a) DECLARO a abusividade do voto do Banco Santander;
- b) com base no art. 45 da Lei 11.101/2005, HOMOLOGO, o Plano modificativo de Recuperação Judicial do ev. 425 apresentado nos autos e submetido à Assembleia Geral de Credores, e, via de consequência, HOMOLOGO o plano de recuperação judicial objeto do evento 425; e
- c) CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL às recuperandas Nova Era Administração e Locação de Bens Imoveis Ltda - em Recuperação Judicial e Instituição Educacional São Judas Tadeu Ltda - em Recuperação Judicial, em consolidação substancial.
- d) AUTORIZO em caráter excepcional a dispensa da apresentação de certidões negativas de débitos fiscais federais e concedo à parte requerente 01 ano para continuidade dos atos tendentes à ultimar a transação fiscal no âmbito federal. E quanto às certidões de âmbito municipal, deverá a recuperanda, tão logo alienado o bem nos termos do plano de recuperação judicial, juntar aos autos, a fim de suprir a falta exigida pelo art. 57 da Lei 11.101/2007.